



# AMOR, MEDO e PODER

Percursos de vida para a não violência  
Projeto de Investigação



English version

**RELATÓRIO FINAL**  
**PROJECTO AMOR, MEDO E PODER: PERCURSOS DE VIDA PARA A NÃO-**  
**VIOLÊNCIA**  
**(PIHM/VG/0016/2008)**  
**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Investigadora Responsável:

Profa. Doutora Maria José Magalhães

Equipa do Projeto:

Ana Isabel Forte – CIIE FPCEUP

Rosa Nunes – CIIE FPCEUP

Elisabete Brasil – UMAR

Alexandra Correia Dourado - UMAR

Salomé Coelho – Doutoranda FL da Universidade de Coimbra

Ilda Afonso – Directora do Centro de Atendimento Pr'ATI - UMAR

Lúcia Almeida Gomes – Doutoranda CIIE FPCEUP

Ana Paula Canotilho de Seixas – Doutoranda CIIE FPCEUP

Investigadoras/es associadas/os ao Projeto:

Yolanda Rodriguez Castro –Ciencias de la Educación – Universidade de Vigo

Carmina Morais – ESENF – Enfermagem do IPVC

Deidré Mathee – Psicóloga

Hugo Monteiro – ESE - IPP

Vânia Martins – Psicóloga

Índice:

Conclusões e Recomendações.....	3
As instituições / organizações .....	3
Constrangimentos no trabalho em instituições especializadas .....	5
As respostas às idosas .....	6
Ouvindo as vozes das mulheres vítimas / sobreviventes .....	7
Histórias de vida .....	8
Dois percursos de autonomização .....	9
7. Notas finais e Recomendações.....	11
Referências bibliográficas .....	13
Legislação referenciada: .....	21

## Conclusões e Recomendações

Como conclusão geral, podemos afirmar que se conseguiu, através desta pesquisa, avaliar os serviços de apoio a mulheres vítimas / sobreviventes de violência doméstica e de género, quer do ponto de vista dos profissionais, quer das suas utilizadoras, numa perspectiva de profundidade, no sentido da compreensão dos processos que contribuem para o fim da violência, assim como daqueles que bloqueiam a mudança. Produziu-se, igualmente, conhecimento sobre os processos de autonomização e as dificuldades, subjetividades, experiências e perspetivas de mulheres vítimas de violência doméstica nos seus percursos de saída da violência.

### *As instituições / organizações*

No que diz respeito às instituições, foram realizadas entrevistas a 2 profissionais e um/a dirigente de sete (7) casas de abrigo e sete (7) centros de atendimento. No sentido de complementar a compreensão da complexidade da atual situação dos serviços, entrevistaram-se, ainda, três (3) profissionais de saúde, doze (12) profissionais das forças de segurança e um (1) profissional de um organismo governamental.

Da avaliação efetuada, podemos concluir a existência de três tipos de instituições, com filosofias, metodologias e organização e funcionamento diferenciados: humanistas, feministas e *searching for direction*.

As instituições humanistas, que representam mais de 78% das casas de abrigo em Portugal, são geridas por valores humanistas, todavia mostram um não entendimento do fenómeno da violência doméstica nas relações de intimidade. Nos discursos dos profissionais sobre a vítima, a violência e o agressor, destaca-se o seguinte: i. uma perspetiva de mulher centrada no seu papel maternal; ii. desculpabilização do agressor; e iii. tolerância em relação à violência de género. Assim, concluímos que estas instituições correm um sério risco de utilizar o seu trabalho para revitimizar as vítimas.

A liberdade, autonomia e capacidade de decisão das utilizadoras são postas em causa pela organização e funcionamento deste tipo de instituições. As mulheres vêm de uma experiência sem autonomia para decidir sobre a sua vida e entram numa instituição que também controla e restringe a sua liberdade. Estas instituições apresentam, assim, uma filosofia normativa sobre as mulheres, o que, em consequência, parece levar a uma organização bastante rígida, que se evidencia nos horários, na organização das tarefas da casa de abrigo e na concepção sobre o

trabalho com as mulheres. Estas características não parecem constituir-se numa via libertadora para as mulheres vítimas de violência.

Quanto às instituições que designamos como feministas, através dos discursos das/os profissionais, foi possível conhecer com profundidade a concretização dos valores feministas na resposta casa de abrigo. Estas instituições perspetivam a mulher como uma cidadã com direitos, sendo esta por isso quem deve tomar as decisões sobre a sua própria vida, considerando o agressor o responsável pelo crime de que estas mulheres foram (ou ainda são) vítimas. A importância da preservação dos direitos das utentes leva estas/es profissionais a distanciarem-se dos discursos da psiquiatrização das vítimas e à salvaguarda da confidencialidade e anonimato das casas de abrigo, assim como a enfatizar a importância dos centros de atendimento. Estas/es profissionais enfatizam a necessidade de demarcar com maior rigor que as casas de abrigo são uma resposta para as vítimas de violência e não para situações de apenas risco social. Entre as organizações feministas que gerem casas de abrigo, existem semelhanças e diferenças. Remetemos estas últimas para a pluralidade de perspetivas dentro do movimento feminista: uma perspetiva mais liberal que acentua o lado familiar, agradável e confortável da casa, frente a uma perspetiva mais marxista que coloca o acento na proximidade ao “mundo real”.

Entre as instituições humanistas e feministas, podemos encontrar, por um lado, algumas divergências sobre o que se entende por Casa de Abrigo ou Centro de Atendimento e, por outro, um espaço intermédio para instituições que designamos como searching for direction. Estas têm semelhanças com as humanistas e com as feministas: com as primeiras, partilham uma noção de mulher também centrada nas suas funções maternas, no entanto, reconhecem os seus direitos de liberdade e autonomia.

### *Burnout*

Para a avaliação dos serviços especializados, investigamos também sobre o impacto da violência nas vidas das/os profissionais. Assim, alguns resultados da pesquisa dizem respeito ao estudo do *burnout*.

Na análise efetuada, as/os profissionais reportam exaustão emocional e experiências de despersonalização. Contudo, o *burnout* não está a afetar, ainda, as/os profissionais entrevistadas/os, as suas considerações acerca do seu trabalho demonstram que estão expostas/os a uma situação de stresse diário que pode levá-las/os a uma posição muito vulnerável em termos de sofrimento do síndrome de *burnout*.

A pesquisa sobre os riscos que as/os profissionais que trabalham nesta área podem experimentar é, assim, fundamental como conhecimento sobre a natureza e as características de tarefas mais stressantes que enfrentam no seu trabalho, compreender melhor as consequências deste processo. Estes estudos podem contribuir para uma melhor compreensão sobre como a natureza do trabalho pode influenciar os domínios pessoais de profissionais. O apoio social evidencia-se crucial na prevenção do *burnout* e no desenvolvimento do trabalho emocional.

#### *Constrangimentos no trabalho em instituições especializadas*

Para além das instituições especializadas, o que foi possível constatar foi uma enorme disparidade na atuação e no papel desempenhados pelas/os profissionais dos diversos sistemas — judicial, de saúde, das forças de segurança, da segurança social —, tornando o território nacional uma espécie de ‘roleta russa’ para as vítimas. O tipo de apoio, atendimento, acompanhamento e resultados para os seus percursos de autonomização face à violência dependem do local e da pessoa que recebe a vítima. Nesta medida, mulheres e crianças podem ter a ‘sorte’ de encontrar pessoas sensibilizadas e conhecedoras, ou, pelo contrário, o ‘azar’ de enfrentar instituições e profissionais que continuam a atuar num quadro profissional de há décadas atrás, quando a violência doméstica era tolerada e aceite social e legalmente<sup>1</sup>.

A falta de formação dos profissionais do sistema judicial constitui uma das principais lacunas do sistema judicial, provocando grandes obstáculos ao trabalho das instituições especializadas, relacionados com a ineficácia das medidas de coação e afastamento e na percepção do sentido do retorno das vítimas à sua habitação, quando é sua vontade. Por outro lado, encontra-se igualmente uma falta de interiorização por parte do sistema judicial acerca da gravidade e consequências da violência de género contra as mulheres. Algumas práticas judiciais mostraram-se, por um lado, punitivas para a vítima e, por outro, demasiado benévolas com os agressores. Deste modo, na realidade portuguesa, é comum constatar que a vítima de violência doméstica é obrigada a abandonar a sua casa e ao agressor é permitido continuar impune e no exercício de todos os seus direitos e privilégios. Tendo em conta estes fatos, denominados por algumas profissionais de “perversidades do sistema”, conclui-se da necessidade de formação nesta temática para que possam alargar a compreensão acerca da gravidade do fenómeno e das suas consequências e, nesse sentido, prestarem um serviço de qualidade às vítimas, restituindo-lhes os seus direitos.

---

<sup>1</sup> Só assim são compreensíveis os números referentes às mulheres assassinadas por violência de género e doméstica, mesmo *depois* de terem apresentado denúncia e pedido ajuda às instituições (UMAR 2011).

As orientações de apoio à vítima diluem-se numa sociedade que se apresenta tenuemente consciencializada acerca das questões de género e que reflete, pouco criticamente, acerca das questões relacionadas com os direitos humanos das mulheres. Ainda está muito presente na sociedade a representação social da mulheres com a função materno-doméstica. As instituições estão imbuídas destas ideias pré-concebidas e restritivas acerca das mulheres que induzem a um sério risco de instrumentalizar os objetivos das instituições que prestam apoio às vítimas, propiciando a perpetuação da ideologia patriarcal que favorece a impunidade do agressor, daqui resultando “a perversidade do sistema”, enunciado por uma das equipas de uma casa de abrigo. Estes constituem o resultado da avaliação do impacto e dos desafios que enfrentam os serviços e instituições que trabalham com mulheres vítimas / sobreviventes.

Salientando que estas conclusões assentam nas entrevistas das/os *profissionais*, de certa forma, podemos designar as casas de abrigo e os centros de atendimento como *organizações de trabalho social* (Harlow 1996), devido ao enquadramento legal e ao paradigma subjacente dentro e fora da instituição. Os propósitos explícitos destas instituições consistem em diminuir as consequências da violência mas podemos questionar se não “empregam, igualmente, formas legítimas de violência societal enquanto formas de controle” e/ou de “administrar violência ilegítima societal e organizacionalmente” (Harlow 1996: 62). Estas instituições sofreram, historicamente, uma mudança de natureza: de instituições de caridade, que assentavam no trabalho voluntário feminino, passaram a organizações ‘científicas’ e ‘técnicas’, onde o ethos assenta numa racionalidade masculina ‘dura’, de estratégias que se apresentam aparentemente como de maior alcance mas que, na verdade, se revelam, sobretudo, como dispositivos de despersonalização (Gordon 1989).

#### *As respostas às idosas*

Na pesquisa, quisemos avaliar também como perspetivam as/os profissionais o atendimento e apoio à diversidade das mulheres. Os discursos concorrem para uma visão de “tratar todas as mulheres de igual forma”. No entanto, e devido à especificidade do grupo social das idosas, apresentamos, aqui, a análise das perspetivas das instituições sobre este grupo específico de vítimas.

Assim, no que se refere às mulheres idosas que experienciam ou experienciaram violência doméstica e de género, em termos discursivos, parece haver algum ‘esquecimento’ acerca do risco que elas correm, ignorando a evidência que aponta para o aumento da violência ao longo da

relação. As barreiras encontradas pelas idosas para sair da situação abusiva parecem ser encaradas pelas/os profissionais como dificuldades *suas*, como obstáculos ao *seu* trabalho.

Realçamos ainda a noção de “projeto de vida curto” ou “futuro mais curto”, que parece estar associado à ideia generalizada de que às idosas restará menos tempo de vida. Mais ainda, equacionando ‘projeto de vida’, autonomia e independência *com* emprego, a perspectiva das/os profissionais parece não ter espaço discursivo para incluir as pessoas idosas.

Finalmente, as/os profissionais assinalam as dificuldades em articular com os profissionais de saúde, o que, no que se refere às idosas, significa um acréscimo nos constrangimentos ao seu trabalho.

Com exceção das forças de segurança, a pesquisa mostra a falta de ideias e de perspectivas institucionais que especificamente apoiem as vítimas idosas e a ausência de uma metodologia específica de intervenção com este setor populacional.

Perspetivando as vítimas como *um* grupo homogêneo, as idosas ficam esquecidas, e as suas necessidades específicas ignoradas. Apenas enquanto ‘quadro negro’ de características, presente na maioria das/os entrevistadas/os, as idosas emergem nos discursos.

Somando tudo isto com a não intervenção sobre os agressores em termos da aplicação lei, nem a elaboração de planos de segurança, podemos concluir que, além das necessidades não serem tidas em conta, também a integridade e a segurança estão comprometidas, deixando estas mulheres muito desamparadas.

#### *Ouvindo as vozes das mulheres vítimas / sobreviventes*

No âmbito desta investigação, foram realizadas 43 entrevistas a utentes, encaminhadas e seleccionadas pelas instituições e com as quais estabelecemos um ‘contrato’ de confiança, garantindo a confidencialidade, o anonimato e as regras de conduta ética na investigação com vítimas.

Os resultados da pesquisa indicam que as mulheres vítimas de violência de género nas relações de intimidade têm os seus direitos de cidadania cerceados, isto é, um conjunto de direitos fundamentais dos cidadãos/cidadãs são-lhes negados: i. A proteção solicitada às forças policiais é insatisfatória; ii. A Justiça não atua com celeridade; não são tomadas medidas de coação ou são aplicadas de forma desadequada; o ónus da prova fica a cargo da vítima; iv. as decisões judiciais, tomadas em matéria Penal, por um lado, e em matéria de Família e Menores, e Cível, por outro, estão desarticuladas; iii. Na saúde, a violência de género nas relações de intimidade é um

fenómeno ignorado ou menosprezado pelos/as profissionais; iv. O direito à habitação não é assegurado às vítimas.

Em síntese, sendo o Estado responsável pela proteção e segurança dos seus cidadãos/cidadãs que foram/são vítimas de um crime, estas mulheres foram vítimas de um crime, mas não obtiveram a proteção e segurança a que têm direito.

Para além das especificidades de cada uma das respostas abordadas, encontramos um fator comum: a falta de preparação e de sensibilização das/os profissionais dos serviços não especializados, relativamente ao fenómeno da violência de género nas relações de intimidade, uma “desconsideração” sobre a vítima, uma suspeita subliminar. Trata-se da violência simbólica de que nos fala Bourdieu (2002), suave, insensível, invisível até para as vítimas. Esta dominação masculina no campo simbólico conduz, inclusive, a um olhar reprovador da sociedade sobre a vítima, que se estende aos profissionais. Este olhar reprovador aumenta quando a mulher expressa a sua raiva contra o agressor. Na mulher, a raiva indica falta de auto-controlo, enquanto no homem é aceitável e vista como um instrumento de controlo sobre os outros (McGee 2000). Como menciona Isabel do Carmo (2006), muitos profissionais acreditam num *direito* do homem ao *controlo* da mulher, subestimando assim a ocorrência de maus-tratos, ou quando a violência lhes causa algum alarme, a considerarem que só pode ser motivada por alguma perturbação mental do agressor.

É por este olhar sobre a vítima (procurando a causa da violência) e sobre o agressor (procurando justificar os seus atos) que as respostas às vítimas são tão pouco dignas, constituindo em si um atentado aos direitos fundamentais destas mulheres.

#### *Histórias de vida*

A partir das 43 entrevistas, elaboramos narrativas com 12 mulheres, aprofundando as suas experiências e subjetividades. Dada a morosidade do processo, não se completaram todas as 12 histórias de vida, mas construíram-se narrativas biográficas, as quais foram analisadas e interpretadas.

Nas narrativas analisadas, encontramos alguns relatos de insatisfação face aos serviços especializados. Nestes, percebemos como a voz e a sua escuta é fundamental e se constitui como o pilar da comunicação e conseqüentemente da relação. Percebemos da existência duma continuidade entre a relação abusiva e a relação com as instituições em que o silenciar e o abafar



a voz resultou, ora em castigo corporal, ora em ruídos que comprometeram uma intervenção mais esclarecida e mais apoiante.

Margareth Ledwith (2005) alerta-nos para a importância da escuta ativa como um ato de empoderamento, assim como para a importância da expressão dos discursos silenciados como fator transformador das estruturas. Tendo em conta que as utentes foram encaminhadas pelas instituições, parece-nos claro que as casas de abrigo onde estavam inseridas estas mulheres conseguiram colocar estas narrativas nas suas práticas e reflexões assim como permitiram trazer esta(s) voz(es) para este projeto de forma a que o ato de transformação pudesse ser mais amplo.

#### *Dois percursos de autonomização*

Das narrativas biográficas, percebemos que os percursos de autonomização parecem similares, independentemente do grupo ou categoria social a que a mulher pertença. Escolhemos duas narrativas como exemplificativas de percursos de autonomização de mulheres de diferentes grupos sociais.

Da análise das narrativas, concluímos que ambas as narradoras, apesar de serem de estratos sociais diferentes, tiveram experiências anteriores de violência: Cristina sai de casa com duas crianças pequenas, vem sem nada, deixando casa, rendimentos, tudo, para não ter problemas com o anterior marido — ainda que não explicita que tenha sofrido de violência, pelo menos, a negligência económica por parte do ex-marido é evidente; Maria, por seu turno, vivenciou um casamento anterior com violência.

Podemos também assinalar a importância dos sinais de violência no período do namoro, mais explícitos na narração de Cristina. Tal como a maioria dos estudos evidencia a nível internacional, estima-se que entre 9% e 51% das mulheres sofrem episódios de violência durante as relações de namoro (ver, entre outros, Silverman, Raj, Mucci y Hathaway, 2001), os índices da violência no namoro em Portugal rondam entre os 22% a 25% (Machado, 2008; UMAR 2010b).

Na história de Maria, podemos identificar a “cantada” do sedutor-predador, com o tal “ar desamparado”, que tanto mobiliza os corações femininos (Lagarde, 2005). As mulheres são socializadas no papel de protetoras e cuidadoras dos filhos e parceiros. Recolhem a satisfação no eu-relacional (Lagarde: 2005). Aprendem a amar para a fusão, interiorizando desde pequenas uma ética do cuidado que as relega para o espaço doméstico e reprodutivo, ficando-lhes a

desvalorização de si mesmas como sujeitos autónomos, que só podem ser e existir através da entrega abnegada ao outro (Lameiras, Carrera y Rodríguez, 2009).

Em relação ao historial da violência de ambas as narradoras, constatamos que Cristina sofreu violência no casamento, durante um grande período de tempo, enquanto Maria é vítima de uma grande violência (tentativa de homicídio) de um ex-parceiro. Assinala-se que o divórcio ou a separação não significam segurança para as vítimas — sendo que as vítimas de homicídio por ex-parceiro representam uma percentagem considerável, 40% de mulheres assassinadas já se tinham separado, ou mesmo obtido o divórcio (UMAR, 2011).

Quanto às forças de segurança, as narrativas apontam para o facto de que não obtém apoio, mesmo quando o solicitam. As autoridades, mesmo quando conscientes do perigo que as vítimas correm, parecem de mãos atadas pela legislação portuguesa, que se fica pela retórica sem correspondência em termos de operacionalização.

Mais ainda, as estratégias dos agressores são bem sucedidas em manipular as forças de segurança: conseguem desacreditar os argumentos das vítimas, denunciando falsas agressões, insultando-as na frente dos agentes ou classificando-as como “desequilibradas mentais”. Estas estratégias dos agressores não são novas, estão em muitos estudos, mas o conhecimento em Portugal ainda não incorporou esta dimensão.

A única solução que dão às sobreviventes é que fujam, que vão para uma casa de abrigo, num dos casos tentando impedir a mulher de entrar dentro da sua própria casa. Daqui decorre um paradoxo na sociedade neoliberal: um completo desrespeito pela propriedade (pelos bens, pela casa) das vítimas.

As instituições de saúde revelam, a par das forças de segurança, uma total inoperância face às situações de violência doméstica. Nem sequer queixa ou relatório médico as vítimas podem obter, depois de irem ao hospital por lesões provocadas por um episódio de violência.

Da mesma forma, os médicos de família, que eram conhecedores de ambos os casos, não souberam aconselhá-las, atendê-las, nem fizeram relatórios médicos que pudessem vir a ajudar as vítimas, quer no presente, na altura das agressões, quer no futuro, quando necessitaram dos relatórios médicos para as decisões do tribunal.

Souberam dizer à vítima que o agressor que enfrentavam é muito perigoso. Mas ficaram por aí: a vítima é que devia encontrar todo o percurso de saída sozinha, o que podemos classificar como abuso institucional (Wijma 2009).

Assinalamos ainda os relatos das sobreviventes sobre a atuação do sistema judicial em Portugal, com experiências muito negativas. As decisões dos tribunais parecem favorecer, mais uma vez, o

agressor. A morada de família e os bens das vítimas tornam-se irrecuperáveis, a partir do momento em que querem sair ou pedem o divórcio.

Mesmo no caso da tentativa de homicídio relatada, o acórdão do tribunal permitiu ao perpetrador sair em liberdade com a prescrição de “consultas de psiquiatria e medida de coação”. A atuação do tribunal, mais uma vez, mostra a tolerância perante a violência nas relações de intimidade e a consideração de que os agressores são ‘boas pessoas’ e só agem mal ‘devido às vítimas’. Portanto, não foi considerado um crime grave.

Em síntese, podemos constatar que os percursos das narradoras são muito semelhantes, independentemente da classe social. A justiça, as forças de segurança e a saúde são inoperantes. Na sua atuação, demonstram a sua tolerância à violência de género, a desconsideração sobre as vítimas, o sucesso da manipulação dos agressores e, ainda, as lacunas ao nível da legislação, em termos da sua regulamentação.

Mais ainda, observa-se a total desarticulação dos distintos serviços, o que é absolutamente evidente e contundente: saúde, judicial, policial. Fica claro que a única saída para as vítimas são as casas de abrigo, deixando estas instituições a braços com a resolução de *todos* os problemas da vítimas, enfrentando assim um acréscimo de constrangimentos.

Para superar o grave problema da violência de género é fundamental a articulação dos serviços no apoio às vítimas e a responsabilização dos agressores.

Com esta análise, que assentou na metodologia de histórias de vida, foram criados espaços, ferramentas e mecanismos, do ponto de vista da investigação, para que as vozes das mulheres, sobreviventes e /ou vítimas possam ser expressas e ouvidas. Este processo permitiu, igualmente, compreender as complexidades, através da visibilização das subjetividades e intencionalidades que subjazem às experiências das mulheres, nos processos de vitimização e de autonomização.

## **7. Notas finais e Recomendações**

Este projeto envolveu o procurar conhecer experiências de mulheres de diferentes grupos etários, portuguesas e imigrantes, e de diferentes regiões de Portugal (Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa, Setúbal, e Açores), este estudo parte da investigação existente tomando como foco áreas de investigação particularmente escassas. Dada a persistência e pervasiva ocorrência de violência doméstica em Portugal, este estudo constitui um contributo crítico para compreender os processos que sustentam este fenómeno, possibilitando ainda reconhecer as

necessárias e possíveis intervenções para a irradicação deste problema social. Mais ainda, este estudo ofereceu um espaço onde as vozes das mulheres podem ser expressas e ouvidas.

Esta pesquisa constituiu-se simultaneamente como dispositivo de intervenção através das atividades de envolvimento das instituições e das metodologias utilizadas que providenciaram a criação de espaços para ouvir as vozes de mulheres vítimas e sobreviventes de violência doméstica no sentido de poderem ser ouvidas para além dos serviços que as têm apoiado; permitiu a compreensão do regime de género que subjaz à cultura de violência contra as mulheres; da mesma forma, através do diálogo entre mulheres de diferentes gerações e grupos sociais, possibilitou iniciar um processo de conscientização e empoderamento como agentes de mudança. Desta forma, permitiu contribuir para a co-construção de redes sociais que poderão providenciar apoio, consciência e ação coletiva para a mudança social. Conhecer as estratégias das mulheres que escaparam / saíram de situações de vitimização, o papel das instituições nesse processo e as dificuldades e possibilidades para encontrarem os seus próprios projetos de autonomia. Foi, ainda, possível iniciar processos coletivos de conscientização, através do diálogo entre gerações em ordem a facilitar o processo de empoderamento das mulheres como agentes da mudança social.

Pudemos, igualmente, conhecer os percursos de autonomização e empoderamento versus dificuldades e constrangimentos de sobreviventes utilizadoras da rede de serviços, através da elaboração de histórias de vida.

Constituindo-se como um contributo crítico para compreender os processos que sustentam o fenómeno da violência doméstica e de género, possibilitando ainda reconhecer as necessárias e possíveis intervenções para a irradicação deste problema social, este projeto fornece uma fotografia detalhada da forma como Portugal está a enfrentar o grave problema social da violência doméstica.

Retiramos, dos resultados da investigação, uma importante conclusão que diz respeito à necessidade de estabilidade em termos legislativos no que diz respeito a esta problemática. As alterações sucessivas e nem sempre no mesmo sentido prejudicam a atuação das/os profissionais e a compreensão das vítimas do que podem esperar das instituições, inclusive do próprio sistema judicial. Apesar desta necessidade de estabilidade legislativa, é necessário a reorganização do sistema judicial no sentido de introduzir coerência no que diz respeito à atuação dos tribunais portugueses face à violência contra as mulheres e doméstica – a articulação entre o penal, o cível e o de família, é fundamental para que as vítimas não se sujeitem a pressões contraditórias por parte deste sistema. Neste sentido, urge o cumprimento da lei no que diz respeito à

responsabilização dos perpetradores, no sentido de diminuir e prevenir os custos humanos, sociais e económicos deste crime, evitar reincidência e proteger as vítimas, nomeadamente as crianças. As mensagens que o sistema judicial tem transmitido às crianças é que a violência fica impune, as suas mães perdem tudo (e muitas vezes, as próprias crianças perdem as suas mães quando elas querem sair da relação violenta), sendo que o seu agressor (direta ou indiretamente, as crianças são sempre vítimas) continua com todos os seus direitos e privilégios.

Ressalta, desta pesquisa, a urgente necessidade de introduzir conteúdos sobre a violência doméstica e de género e sobre a igualdade entre homens e mulheres nos currículos de formação superior, nomeadamente na área da saúde, direito, psicologia, serviço social, educação (incluindo a formação docente), assim como na formação contínua destes/as profissionais.

Emerge, também, a importância de construir espaços formais para ouvir as vítimas, as suas expectativas e problemas, deixando o paradigma humanista, com o olhar predominante da proteção social, pelo risco de menorização dos seus direitos humanos. Neste sentido, formular espaços e mecanismos para a sua representação nos organismos que lhes dizem respeito constitui-se como urgente para concretizar os direitos de cidadania das pessoas lesadas por este tipo de crime.

Importa ainda ressaltar a necessidade de articulação dos serviços não específicos, como a saúde, a justiça, a educação, a segurança social, com as instituições especializadas, no sentido de convergirem para o cumprimento da lei e das diretivas internacionais nesta problemática.

Em relação aos/as profissionais das instituições especializadas, emerge a necessidade do reconhecimento de risco de *burnout*, demandando o reconhecimento da importância de dispositivos de suporte ou supervisão para a sua prevenção.

Por último, gostaríamos de sublinhar o empenhamento, empatia e vontade para participar neste estudo, quer por parte das instituições, quer por parte das utentes. Ficámos com a sensação de que precisaríamos de muito mais tempo para dar espaço e voz tanto às profissionais como às sobreviventes, heroínas de uma *história* que está a ser escrita, tanto em Portugal como a nível mundial: a mudança de padrões culturais e comportamentais nas relações de intimidade, assentes no respeito por cada pessoa e por todos os seus direitos.

## Referências bibliográficas

- Aguirre, B. (1985) "Why do they Return? Abused Wives in Shelters", *Social Work* 30 (1985): 350-354.
- Alvarez, E.S., Friedman, E.J., Beckman, E., Blackwell, M., Stoltz Chinchilla, N., Lebon, N., Navarro, M. and Ríos Tobar, M. (2003) "Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos", *Revista de Estudos Feministas*, 11(2): 541-575.
- Amâncio, Lígia (1995) "Representações de Género, Assédio e Direitos Humanos", in AAVV (1995) *Os Direitos Humanos e a Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: Secretaria de Estado da Justiça, pp 43-46.
- Amorós, Celia & De Miguel, Ana (2005) *Teoría feminista* (3 vols.), Madrid: Minerva.
- Bakker, Charlene, Sarah Cook, & Fran Norris (2003) "Domestic Violence and Housing Problems: A Contextual Analysis of Women's Help Seeking, Received Informal Support, and Formal System Support", *Violence Against Women*, 9 no. 7, 754-783.
- Baptista, Isabel (2007) "*Refuges' Evaluation Modelling (R.E.M.)*", Relatório nacional. Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Baptista, Isabel (coord.) Mario Silva, and Janine Nunes (2011) "Shelters@net: National Report." Accessed April 24, 2011. [http://www.cesis.org/Documents/relatorio\\_europeu.pdf](http://www.cesis.org/Documents/relatorio_europeu.pdf).
- Baptista, Isabel, & Perista, H. (2008). *Breaking the taboo: Overview of research phase Portugal*. Retrieved January, 2011, from [http://www.rotekreuz.at/fileadmin/user\\_upload/PDF/GSD/National\\_Report\\_Portugal.pdf](http://www.rotekreuz.at/fileadmin/user_upload/PDF/GSD/National_Report_Portugal.pdf)
- Bart e Moran (orgs.) (2000) *Violence Against Women. The Bloody Footprints*, Londres: Sage, pp 210-227.
- Beleza, Teresa Pizarro (2000) "Laços de Família, nós de Violência" in AAVV, *Violência Doméstica*, Seminário Junho 2000, pp. 7-12.
- Bonomi, A. E., Anderson, M., Reid, R. J., Carrell, D., Fishman, P., Rivara, F. P., & Thompson, R. S. (2007) "Intimate partner violence in older women", *The Gerontologist*, 47(1), 34-41.
- Bosch, Esperanza, Vitoria Ferrer & Alina Alzamora (2006) *El Laberinto Patriarcal. Reflexiones Teórico-prácticas sobre la Violencia contra las Mujeres*, Barcelona: Anthropos.
- Bourdieu, Pierre (2002) *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Braga da Cruz, Ana Maria (2000) "As Mulheres têm Direito ao Direito", in AAVV (2000) *Violência Doméstica*, Lisboa: Procuradoria Geral da República, Gabinete da Ministra para a Igualdade.
- Brownmiller, Susan (1981) *Against Our Will. Men, women and rape*, Barcelona: Planeta.
- Carmo, Isabel (2006) "Custos com a saúde física", in Lisboa, Manuel coord. (2006) *Prevenir ou Remediar, Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*, Lisboa, Edições Colibri, SociNova, pp. 77-94.
- CIG (2009) *Violência Doméstica: Encaminhamento para Casa de Abrigo*. Lisboa: CIG.
- Coimbra, Artemisa (2008) *Crónicas de Mortes Anunciadas*, Dissertação de Mestrado, Porto: FPCEUP.
- Connell, Robert (1996) "Teaching the Boys: New research on masculinity, and gender strategies for schools", *Teachers College Record*, 98, 206-235.

- DeKeseredy, Walter S. (2011) *Violence Against Women. Myths, Facts, Controversies*, Toronto. University of Toronto Press.
- Dias, Isabel (2004) *Violência na Família, Uma Abordagem Sociológica*, Porto: Afrontamento.
- Dobash, R. Emerson & Dobash, Russel P. (2000) "The politics and policies of responding to violence against women", in Jalna Hanmer and Catherine Itzin (2000) *Home Truths About Domestic Violence – feminist influences on policy and practice a reader*, Londres: Routledge, pp. 228-245.
- Dobash, R. Emerson; Dobash, Russell; Cavanach, Kate e Lewis, Ruth (2000) *Changing Violent Men*, Califórnia: Sage Publications.
- Dourado, Alexandra, Gomes, A., Correia, E., Bibas, M. (2008) "Casa Abrigo: Abrigo ou Abriga", in Magalhães, M. J., Tavares, M., Coelho, S., Góis, M., Seixas, E. (org.), *Quem tem medo dos feminismos?: Congresso Feminista 2008 – Actas*, Vol. I, Funchal, Nova Delphi, 157-167.
- Hagemann-White, Carol (2011) European Commission. "Feasibility Study to Assess The Possibilities, Opportunities And Needs To Standardize National Legislation On Violence Against Women, Violence Against Children And Sexual Orientation Violence." Accessed April 24, 2011. [http://ec.europa.eu/justice/funding/daphne3/funding\\_daphne3\\_en.htm](http://ec.europa.eu/justice/funding/daphne3/funding_daphne3_en.htm)
- Eyo, U. (2006) "Violence against women" *Health Care for Women International*, 27, 199-203.
- Ferreira-Alves, J., & Novo, R. (2006) "Assessment of Social Discrimination of Elderly People in Portugal", *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 6(1), 65-77.
- Ferreira, Virgínia (2000a[1998]) "Sexualizando Portugal: Mudança Social, Políticas Sociais e Mobilização Social das Mulheres", in António Costa Pinto (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Madrid: Ediciones Sequitur, pp 180-212.
- Fine, Michelle (1994) "Dis-tance and Other Stances: Negotiations of Power Inside Feminist Research", in Andrew Gitlin (1994) *Power and Method, Political Activism and Educational Research*, Londres: Routledge, pp 13-35.
- Freudenberg, H. (1974) "Staff burn-out", *Journal of Social Issues*, 30 (1), 159-165.
- Fulmer, T. (2002) "Elder mistreatment" *Annual Review of Nursing Research*, 20, 369-395. Retrieved January 2010, from [http://www.womensaid.org.uk/downloads/Olderwomenanddvreport\(1\).pdf](http://www.womensaid.org.uk/downloads/Olderwomenanddvreport(1).pdf)
- Galvez Martín, M. E. (2008) "Reflexiones sobre la Convivencia con Mujeres Víctimas de Violencia de Género en un Medio Residencial", *Cuadernos de Trabajo Social*, 21, 105-117.
- Gil-Monte, P. & Peiró, J.M. (1997) *Desgaste Psíquico en el Trabajo: el síndrome de quemarse*. Madrid: Síntesis.
- Gilligan, Carol (1982) *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, Cabridge, MA: Harvard University Press.
- Goetting, Ann (1999) *Getting Out. Life Stories of Women Who Left Abusive Men*, New York: Columbia University Press.

- Goffman, Erving (2001) *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- Gordon, Linda (1989) *Heroes of Their Own Lives: The Politics and History of Family Violence, Boston 1800-1960*, London: Sage.
- Grossman, S., & Lundy, M. (2003) "Use of domestic violence services across race and ethnicity by women aged 55 and older", *Violence Against Women*, 9(12), 1442-1452.
- Hagemann-White, Carol (2004) "Bringing gender and generational divides – Towards an integrated perspective on human rights and health in everyday life".
- Hagemann-White, Carol (1998) "Violence without end? Some reflections on achievements, contradictions, and the perspectives of feminism movement in Germany", In R. Klein (Ed.), *Multidisciplinary Perspectives on Family Violence*, London: Routledge, pp.93-102.
- Harding, Sandra (1991) *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking From Women's Lives*, New York: Cornell University Press.
- Harlow, Elizabeth (1996) "Gender, Violence and Social Work Organizations", in Fawcett, Barbara, Brid Featherstone, Jeff Hearn and Christine Toft (eds.) *Violence and Gender Relations – Theories and Interventions*, London: Sage, pp 61-71.
- Harrison & Westwood (2009) "Preventing Vicarious Traumatization of Mental Health Therapists: Identifying Protective Practices", *Psychotherapy Theory, Research, Practice, Training*, 46, 2, 203–219.
- Harwin, Nicola & Brown, Jackie, (2000) "Domestic Violence and social policy: perspectives from Women's Aid", in Jalna Hanmer and Catherine Itzin (2000) *Home Truths about Domestic Violence – feminist influences on policy and practice a reader*, Londres: Routledge, pp. 205-227.
- Hightower, H., & Smith, M. J. (2001) "Silent and invisible: A report on the abuse and violence in the lives of older women in British Columbia and Yukon: Executive Summary" BC: Yukon Society of Transition Houses.
- Hoff, Lee Ann (1993) *Battered Women as Survivors*, London: Routledge.
- <http://www.cahrv.uni-osnabrueck.de/conference/HagemannWhite.pdf>, 29 March 2011.
- Jacobs, H. A. (1996) *Incidents in the Life of a Slave Girl, Written by Herself*, Cambridge: Harvard University Press (12th edition).
- Kemik, D. (2010) *Country Report 2010, Reality Check on European Services for Women and Children Survivors of Violence: a Right for Protection and Support?*, Wave - office/Austrian Women's Shelter Network, Viena.
- Kleba Lisboa, Teresa (2010) "Gênero, Feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão", *Revista Katálisis*, 13(1), 66-75.
- Klein, Renate (2004) "Sickening Relationships: Gender-based Violence, Women's Health, and the Role of Informal Third Parties", *Journal of Social and Personal Relationships*, 21 no. 1 (2004): 149-165.



- Klein, Renate C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge.
- LaViolette, Alyce & Barnett, Ola (2000) *It Could Happen to Anyone. Why battered women stay*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Ledwith, Margareth (2005) “Personal Narratives/Political Lives: personal reflection as a tool for collective change”, *Reflective Practice*, Vol. 6, No. 2, May 2005, pp. 255–262.
- Lisboa, Manuel (coord.) (2006) *Prevenir ou Remediar. Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*, Lisboa: Edições Colibri, SociNova.
- Lisboa, Manuel (coord.) (2008) *Inquérito Violência de Género – Estudo realizado em Portugal Continental por SociNova / CesNova*, Lisboa, doc. Polic.
- Lisboa, Manuel, Isabel do Carmo, Luísa Branco Vicente e António Nóvoa (2003) “Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres”, Lisboa: CIDM, Coleção Ditos & Escritos, nº 17.
- Lisboa, Manuel, Zélia Barroso e Joana Marteleira (2003) *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*, Lisboa: CIDM, Coleção Ditos & Escritos, nº 16.
- Lourenço, Nelson e Maria João Leote de Carvalho (2000) “Violência Doméstica: Conceito e Âmbito. Tipos e Espaços de Violência – uma Primeira Aproximação”, in AAVV (2000) *Violência Doméstica*, Lisboa: Procuradoria Geral da República, Gabinete da Ministra para a Igualdade.
- Lourenço, Nelson, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997) *Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina nº 48.
- Machado, M.R.C. (2004) “Narrativa de Mulheres vítimas de Violência: passos do processo” in *Psicologia: Teoria e Prática – 2004*, 6(1): 97-104.
- Magalhães, Maria José (1998) *Movimento Feminista e Educação, Portugal anos 1970 e 80*. Oeiras: Celta Editora.
- Magalhães, Maria José (2005) “Mulher, Espaços e Mudanças: O Pensar e o Fazer Na Educação Das Novas Gerações.” PhD diss., Faculty of Psychology and Educational Sciences of University of Porto.
- Magalhães, Maria José (2003) “Em torno da definição do conceito de agência feminista”, *ex aequo*, nº 7, pp 189-198.
- Magalhães, Maria José (2007) Agência feminista e das mulheres: Procurando o novo sujeito feminista? In Lúcia Amâncio, et al., *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 anos depois*, (pp. 229-244). Lisboa: Dom Quixote.
- Magalhães, Maria José et al. (2008) *Gostar de Mim, Gostar de Ti. Aprender a Prevenir a Violência de Género*. Porto: UMAP.
- Magalhaes, Maria José, Castro, Yolanda Rodríguez & Forte, Ana Isabel (2012) “Obstáculos para uma vida sem violência nas narrativas de duas sobreviventes, em Portugal”, (no prelo).

- Magalhães, Maria José, Salomé Coelho, Deidré Mattheé and Ilda Afonso (2008) “Challenging Violence, Building New Families”, paper presented ISA Research Committee on Family Research, RC06 “Family Diversity and Gender” Lisbon, Portugal September 9 – 13, 2008.
- MAI (2010) Relatório Anual de Segurança Interna - RASI. Portugal: Ministério de Administração Interna.
- Marques Pinto, A. & Chambel, M. (2008) “Abordagens Teóricas no Estudo do Burnout e do Engagement” In A. Marques Pinto & M. Chambel (Eds.) *Burnout e Engagement em Contexto Organizacional: Estudos com Amostras Portuguesas*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 53-83.
- Maslach, C. & Jackson, S. (1981) “The measurement of experienced Burnout”, *Journal of Occupational Behavior*, 2, 99-113.
- Maslach, C., Schaufeli, W. & Leiter, M. (2001) “Job Burnout”, *Annual Review of Psychology*, 52, 397-422.
- McGee, Caroline (2000) “Children’s and Mother’s Experiences of Support and Protection Following Domestic Violence.” In Sheila Quaid and Debra Wigglesworth (eds) (2000) *Home Truths about Domestic Violence- Feminist Influences on Policy and Practice a Reader*, London, New York: Routledge, pp 77-96.
- McNay, Lois (2000) *Gender and Agency: Reconfiguring the Subject in Feminist and Social Theory*, Cambridge: Polity Press.
- McNay, Lois (2004) “Agency and experience: gender as a lived relation”, in Lisa Adkins and Beverley Skeggs (eds) *Feminism after Bourdieu*, Oxford: Blackwell, pp. 175-190.
- Messelis, E., & Moreels, A. (2010) *Breaking the taboo II: Developing and testing tools to train-the-trainer*. Retrieved January, 2011, from [btt.rotekreuz.at/fileadmin/btt/PDFs/Final\\_Report\\_Belgium\\_29092010.pdf](http://btt.rotekreuz.at/fileadmin/btt/PDFs/Final_Report_Belgium_29092010.pdf)
- Millet, Kate (1969) *Sexual Politics*, Granada: Publishing.
- Monteiro, Fátima Jorge (2000) *Mulheres Agredidas pelos Maridos: de Vítimas a Sobreviventes*, Lisboa: ONG CCCIDM.
- Morley, Rebecca (2000) “Domestic Violence and Housing”, in Jalna Hanmer and Catherine Itzin (2000) *Home Truths About Domestic Violence – feminist influences on policy and practice a reader*, Londres: Routledge, pp. 228-245.
- National Clearinghouse in Abuse in Later Life (CNALL) (2006). *Survey of the Wisconsin Coalition Against Domestic Violence (WCADV)*. Richmond: Central Virginia Task Force on Domestic Violence in Later Life MCV.
- Neves, Sofia (2007) *Amor, Poder e Violências na Intimidade. Os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*, Coimbra: Quarteto.
- O'Brien, J. (Ed) (2009) *Encyclopedia of Gender and Violence*. Thousand Oaks.

- Pence, Ellen & Shepard, Melanie (1999) *Coordinating Community Responses to Domestic Violence. Lessons from Duluth and Beyond*, California: Sage Publications.
- Perel-Levin, Sylvia (2008) *Discussive Screening for Elder Abuse at Primary Health Care Level*, Geneva: WHO press.
- Plummer, Ken (1995) *Telling Sexual Stories. Power, changes and social words*, Londres: Taylor & Francis.
- Poole, Nancy, Lorraine Greaves, Natasha Jategaonkar, Lucy McCullough, & Caty Chabot (2008) "Substance Use By Women Using Domestic Violence Shelters", *Substance Use & Misuse*, 43 (2008): 1129-1150.
- Pross, Christian (2006) "Burnout, vicarious traumatization and its prevention. What is burnout, what is vicarious traumatization?", *Torture*, Volume 16, 1, 1-9.
- Purvanova & Muros (2010) "Gender differences in burnout: A meta-analysis", *Journal of Vocational Behavior*, 77 168 –185.
- Ramazonoglu, Caroline & Holland, Janet (2002) *Feminist Methodology: Challenges and Choices*, London: Sage.
- RASI – MAI (2010) *Annual Report of Internal Security*, [Relatório anual de segurança interna]. Lisbon: Ministry of Internal Affairs [Ministério da Administração Interna].
- Rebollo, I. & Bravo, C. (2005) "Casas de acogida: desde la experiencia a la reflexión", *Cuadernos de Trabajo Social*, 18, 317-332.
- Restuccia, Frances L. (2000) *Melancholics in Love. Representing Women's Depression and Domestic Abuse*, Oxford: Rowman e Littlefield Publishers.
- Riddell, T., Ford-Gilboe, M., & Leipert, B. (2009) "Strategies used by rural women to stop, avoid, or escape from intimate partner violence", *Health Care for Women International*, 30, 134-59.
- Santos, Sílvia (2008) "Burnout e Depressão em Técnicos que Trabalham com Vítimas, dissertação de Mestrado em Psicologia, Porto: FPCEUP.
- Scott, M., McKie, L., Morton, S., Seddon, E., & Wasoff, F. (2004) *Older Women and Domestic Violence in Scotland: 'And for 39 years I got on with it'*. Edinburg: Health Scotland, Woodburn House, Canaan Lane.
- Shepard, Melanie F. and Ellen L. Pence (cords.) (1999) *Coordinating Community Responses to Domestic Violence*. London: Sage, 1999.
- Simmons, B., & Baxter, J. S. (2010) "Intimate Partner Violence in Older Women: What home health care clinicians should know", *Home Healthcare Nurse*, 28(2), 82-89.
- Sullivan, Cris M. & Nicole E. Allen (2001) "Evaluating Coordinated Community Responses For Abused Women And Their Children." In *Domestic Violence In The Lives Of Children: The Future Of Research, Intervention, And Social Policy*, edited by Sandra A. Graham-Bermann and Jeffrey L. Edleson, 269-282. Washington: American Psychological Association.
- Tavares, Manuela (2011) *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Leya.

- Taylor & Barling (2004) "Identifying sources and effects of career fatigue and burnout for mental health nurses: a qualitative approach", *International Journal of Mental Health Nursing*, 13, 117–125.
- Teubal, Ruth e colaboradoras (2000) *Violencia Familiar, Trabajo Social e Instituciones*, Barcelona: Paidós.
- Tower, Marion (2007) "Intimate Partner Violence and the Health Care Response: A postmodern critique" *Health Care for Women International*, 28, 438-452.
- UMAR (2011) *OMA: Observatory of women murdered*. Retrieved January, 2011, from [http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=272&Itemid=26](http://www.umarfeminismos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=272&Itemid=26)
- Velázquez, Susana (2003) *Violências Cotidianas, Violencia de Género: escuchar, comprender, ayudar*, Barcelona: Paidós.
- Walker, Lenore (1981) "Battered Women: Sex roles and clinical issues", *Professional Psychology*, 12(1), 81-91.
- Walker, Leonore (1980) *The Battered Women*, New York: Harper Paperbacks.
- Wall, Karin (2007) "Main patterns in attitudes to the articulation between work and family life: A cross-national analysis", In R. Crompton, S. Lewis, & C. Lyonette (Eds.), *Women, men, work and family in Europe*, New York: Palgrave, pp. 86 – 115. Acesso em 22 de setembro, 2010, em <http://www.palgraveconnect.com/pc/doi/10.1057/9780230800830>
- WAVE Co – Ordination Office/Austrian Women's Shelter Network, *Saindo da Violência – Linhas de Orientação para Implementar e Gerir um Refúgio para Mulheres*, Viena 2004.
- WAVE (2004) "Away From Violence: Guidelines For Setting Up And Running A Women's Refugee." Accessed April 12, 2011. [http://www.wave-network.org/images/doku/manual\\_eng\\_pdf\\_web.pdf](http://www.wave-network.org/images/doku/manual_eng_pdf_web.pdf)
- Wilson, Margo e Martin Daly (2003) "Till Death Us do Part", in Rose Weitz (2003) *The Politics of Women's Bodies*, Nova Iorque: Oxford University Press, pp 257-270.
- Women's Aid until Women & Children are Safe (2009) *Commissioning Domestic Violence Services: a quick guide – safeguarding survivors and services*, Bristol.
- World Health Organization (WHO) (2005) *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women*. Retrieved January, 2011, from [www.who.int/gender/violence/who\\_multicountry\\_study/summary\\_report/chapter1/es/index.html](http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/chapter1/es/index.html)
- Zink, T., Jacobson Jr., J., Regan, S., Fisher, B. S., & Pabst, S. (2006) "Older Women's Descriptions and Understandings of their Abusers", *Violence Against Women*, 12(9), 851-865.

### Legislação referenciada:

[Decreto regulamentar n. 1/2006, de 25 de Janeiro](#) (2006) Organização, funcionamento das casas de abrigo. *Diário da República*, 1ª série, n. 18, 594-601.

Despacho n. 32648/2008, de 30 de Dezembro (2008) Síntese do Relatório de Avaliação das Condições de Funcionamento das Casas de Abrigo. *Diário da República*, 2ª série, n. 251, 51216-51218.

Constituição da República Portuguesa, Associação República e Laicidade, <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2007/04/constituicao-1976-2005.pdf>

Law N° 112/2009 of 16th September. *Diário da República N° 180: 1ª Série*. Retrived January 2011, from <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18000/0655006561.pdf>

Resolution N° 55/99 of 15 June 199. *Diario da República N°137: 1ª Serie-B*. Retrieved January, 2011 from <http://www.dre.pt/pdfgratis/1999/06/137B00.PDF>